

## Direcção-Geral do Turismo

**Anúncio n.º 63/2006 (2.ª série).** — Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, notifica-se a firma Mário Joaquim Henriques, L.ª, proprietária e exploradora da Pensão Sara Residencial, sita em Lisboa, na Avenida do Almirante Reis, 28, 1.º e 2.º, freguesia dos Anjos, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, para, no prazo de 15 dias, informar do que se lhe oferecer, sobre a previsão de caducidade de autorização de abertura do estabelecimento hoteleiro referenciado em epígrafe, ao abrigo da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 55/2002, de 11 de Março), por se ter verificado na vistoria efectuada em 10 de Janeiro de 2006 que a mesma se encontrava encerrada sem que tal facto tenha sido comunicado a esta Direcção-Geral.

31 de Março de 2006. — A Directora de Serviços, *Margarida Carmo*.

Instituto Nacional de Engenharia,  
Tecnologia e Inovação, I. P.

**Aviso n.º 4787/2006 (2.ª série).** — Faz-se público que, em conformidade com o n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, se encontram afixadas, para consulta dos interessados, as listas de antiguidade do pessoal dos quadros do ex-IGM e ex-INETI em serviço no INETI — Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., respeitante a 31 de Dezembro de 2005.

De acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, qualquer reclamação à referida lista deverá ser apresentada no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação deste aviso.

27 de Março de 2006. — O Director de Serviços, *Amadeu Silvestre*.

## Região de Turismo Leiria/Fátima

**Aviso n.º 4788/2006 (2.ª série).** — De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro desta Região de Turismo reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização da lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso.

29 de Março de 2006. — O Presidente, *Luís Miguel Rodrigues Sousinha*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCASInstituto Nacional de Investigação  
Agrária e das Pescas, I. P.

**Despacho (extracto) n.º 8769/2006 (2.ª série).** — Por despachos de 22 de Março do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas e de 27 de Março do Director-Geral das Pescas e Aquicultura, foi autorizada a prorrogação da requisição por mais um ano da assessora principal Ana Rita Marques Berenguer Veiga, funcionária do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, com efeitos a 1 de Abril de 2006.

28 de Março de 2006. — O Vice-Presidente, *Carlos Costa Monteiro*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

## Secretaria-Geral

**Despacho (extracto) n.º 8770/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 25 de Janeiro de 2006:

Licenciado Rui Manuel Palmeiro Trindade, técnico de informática do grau 2, nível 1, do quadro da Direcção-Geral de Informática

e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros — transferido para o quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, com efeitos a 1 do corrente mês.

O citado funcionário fica posicionado no escalão 1, índice 470. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Abril de 2006. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

**Despacho (extracto) n.º 8771/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 29 de Março de 2006:

Maria Irene Pereira da Silva, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal do mesmo quadro, ficando posicionada no escalão 2, índice 560.

3 de Abril de 2006. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

**Despacho (extracto) n.º 8772/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 29 de Março de 2006:

César Altino Alves Gromicho, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — nomeado, precedendo concurso, técnico superior principal do mesmo quadro, ficando posicionado no escalão 1, índice 510.

3 de Abril de 2006. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

## Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, I. P.

**Deliberação n.º 491/2006.** — Por deliberação do conselho de administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, I. P. (INTF), de 3 de Fevereiro de 2006:

I — Nos termos dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e ao abrigo do artigo 21.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 299-B/98, de 29 de Setembro, o conselho de administração do INTF delega no seu presidente do conselho de administração, Dr. António Brito da Silva, ou, na ausência deste, no vogal do conselho de administração engenheiro Jorge Martins, com a faculdade de subdelegação nos responsáveis pelos serviços e unidades orgânicas internas, as seguintes competências:

- 1) As competências para instruir todos os processos relativos ao domínio público ferroviário que, no âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro, envolvam a intervenção e decisão por parte do INTF, praticando todos os actos que se revelem necessários ao andamento e instrução do procedimento e preparando tais processos para decisão do conselho de administração;
- 2) As competências para instruir e preparar, para decisão do conselho de administração, todos os processos relacionados com as reclamações apresentadas pelos utentes do serviço de transporte ferroviário e encaminhadas para o INTF (entidade reguladora), nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 153/2005, de 15 de Setembro, praticando todos os actos que se revelem necessários ao andamento e instrução do procedimento e preparando tais processos para decisão do conselho de administração.

II — Consideram-se ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito da presente delegação de competências.

3 de Fevereiro de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Brito da Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

## Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 8773/2006 (2.ª série).** — Nos termos do n.º 2 do despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, procedi à delegação no Secretário de Estado do Emprego e da Formação

Profissional das minhas competências próprias em matéria do Fundo Social Europeu (FSE).

Verificando que do elenco dos serviços e organismos identificados no n.º 2.1 do referido despacho não consta o eixo prioritário FSE do Programa Operacional de Assistência Técnica ao III Quadro Comunitário de Apoio, cuja gestão é da responsabilidade do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, de 15 de Setembro, no uso da faculdade que me é conferida pelos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugados com o disposto nos artigos 3.º, n.º 12, 7.º, n.º 1, 9.º, n.º 1, e 20.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, determino:

1 — O n.º 2.1 do despacho n.º 10 847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, passa a ter a seguinte redacção:

«2.1 — [...]»

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]
- e) [...]
- f) [...]
- g) [...]
- h) [...]
- i) [...]
- j) [...]
- k) [...]
- l) [...]
- m) [...]

n) Eixo prioritário FSE do Programa Operacional de Assistência Técnica ao III Quadro Comunitário de Apoio.»

2 — Ratifico todos os actos entretanto publicados no âmbito da delegação constante do presente despacho.

31 de Março de 2006. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

### Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

**Deliberação n.º 492/2006.** — Por deliberação de 23 de Março de 2006 do conselho directivo:

Pedro Lopes, auxiliar administrativo do quadro de pessoal do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P. — autorizada a reclassificação profissional na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir de 21 de Outubro de 2005, nos termos do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com a alínea a) n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Março de 2006. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Pessoal, *Maria Vitória Costa*.

### Instituto da Segurança Social, I. P.

#### Centro Nacional de Pensões

**Despacho n.º 8774/2006 (2.ª série).** — 1 — No uso das competências que me são conferidas pelo n.º 3 do artigo 29.º e pela alínea j) do artigo 28.º dos Estatutos do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, pelo n.º 2 do artigo 25.º, pelos artigos 27.º e 30.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, por força do n.º 4 do artigo 39.º daqueles Estatutos e nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, deogo na directora do Núcleo de Planeamento e Gestão, Maria Mónica da Silva Serra Pereira, poderes para a prática dos seguintes actos, relativamente à Unidade de Organização, Planeamento e Gestão:

1.1 — Autorizar o início de férias e o seu gozo interpolado, bem como a sua acumulação parcial por interesse do serviço, de acordo com o mapa de férias aprovado;

1.2 — Justificar faltas;

1.3 — Afectar o pessoal, excepto de dirigentes e de chefia, na área da respectiva unidade orgânica;

1.4 — Autorizar os funcionários ou agentes a comparecer em juízo quando requisitados nos termos da lei de processo;

1.5 — Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respectiva unidade orgânica, excepto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;

1.6 — Assinar a correspondência relativa a assuntos correntes dos serviços.

2 — Os poderes referidos no número anterior podem ser subdelegados nos chefes de equipa da unidade.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos dos delegados praticados até esta data que se insiram no seu âmbito e não abrangidos por anteriores delegações.

23 de Janeiro de 2006. — O Director, *José Barrias*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 8775/2006 (2.ª série).** — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 13.º todos do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Terezinha da Conceição de Oliveira Roque para o exercício das funções de enfermeira-directora do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Ajuda, Espinho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Março de 2006.

15 de Março de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

**Despacho n.º 8776/2006 (2.ª série).** — Dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço da enfermeira Maria de Fátima da Silva Pereira no cargo de enfermeira-directora do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Ajuda, Espinho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Março de 2006, inclusive.

15 de Março de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

**Despacho n.º 8777/2006 (2.ª série).** — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 294/90, de 21 de Setembro, e de harmonia com o constante no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, renovo a comissão de serviço da licenciada Maria Helena Dias Pereira Gonçalves no cargo de directora do Centro Regional de Sangue de Coimbra.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, autorizo a nomeada a auferir o vencimento base da sua função, correspondente à categoria de chefe de serviço da carreira médica hospitalar de imuno-hemoterapia.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Junho de 2006.

21 de Março de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

**Despacho n.º 8778/2006 (2.ª série).** — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado João Henrique Pereira Bento para o exercício das funções de vogal do conselho de administração do Hospital de São Miguel, Oliveira de Azeméis.

O presente despacho produz efeitos a partir de 27 de Março de 2006.

23 de Março de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

### Secretaria-Geral

**Aviso n.º 4789/2006 (2.ª série).** — Nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 4/99, de 27 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 16/2002, de 22 de Fevereiro (entretanto revogadas pela Lei n.º 40/2003, de 22 de Agosto), torna-se público que, por